



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

**PROJETO PEDAGÓGICO-INSTITUCIONAL (PPI) DA UNIVERSIDADE FEDERAL
DO TOCANTINS**

Palmas / 2007



SEVIÇO PÚBLICO FEDERAL
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

REITOR
Prof. Dr. Alan Barbiero

VICE-REITORA
Profª. Dra. Flávia Lucila Tonani

PRÓ-REITORA DE GRADUAÇÃO
Profª. Dra. Isabel Cristina Auler Pereira

PRÓ-REITOR DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
Prof. Dr. Márcio Antônio da Silveira

PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO, CULTURA E ASSUNTOS COMUNITÁRIOS
Profª. Msc. Ana Lúcia Pereira

PRÓ-REITORA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Profª. Msc. Ana Lúcia Medeiros

CHEFE DE GABINETE
Prof. Msc. Paulo Fernandes Martins

Equipe de elaboração

Profª. Dra. Kátia Maia Flores
Profª. Dra. Isabel Cristina Auler Pereira
Prof. Msc. Roberto Francisco de Carvalho

*A vida só pode ser comprendida
olhando-se para trás, mas só pode
ser vivida olhando-se para frente.*

Soren Keerkegard

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	5
2. HISTÓRICO DA UFT.....	6
3. A UFT NO CONTEXTO REGIONAL E LOCAL.....	9
4. MISSÃO INSTITUCIONAL.....	10
5. VISÃO DE FUTURO.....	11
6. FINALIDADES.....	11
7. ESTRUTURA DA UFT.....	11
8. PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS.....	12
9. OPÇÕES ESTRATÉGICAS DA UFT.....	13
10. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DA UFT.....	13
10.1. Ensino (Graduação e Pós-graduação), Pesquisa e Extensão.....	13
10.2 Aperfeiçoamento da Gestão.....	14
11. BASES CONCEITUAIS DO PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL.....	14
12. PRINCIPAIS LINHAS DE AÇÃO PARA AS ÁREAS ESTRATÉGICAS DA UFT.....	16
12.1. ENSINO.....	16
12.2 – PESQUISA.....	21
12.3- EXTENSÃO.....	23
12.4 - GESTÃO.....	26
13. DIRETRIZES PEDAGÓGICAS.....	28
13.1 – Diretrizes orientadoras da Elaboração e Reformulação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação da UFT.....	28
14 - AVALIAÇÃO.....	31
15. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	32

1. INTRODUÇÃO

O Projeto Pedagógico Institucional (PPI) da Universidade Federal do Tocantins (UFT) nasceu em consonância com as novas Diretrizes do Ensino Superior do país, articuladas em torno do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES) e das próprias necessidades institucionais de sistematizar diferentes debates e ações concretizadas em torno da elaboração dos Projetos pedagógicos dos cursos de graduação, do Planejamento Estratégico (2006-2010) e da realização do I Fórum de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura, cujos subsídios serviram de base para a elaboração do PPI da UFT. Configura-se, pois como uma construção coletiva, participativa, transparente e reflexiva voltada para o permanente pensar sobre a instituição.

Partindo-se do pressuposto de que cada instituição “nasce com propósitos próprios e se organiza conforme seus dispositivos estatutários e regimentais”, torna-se importante explicitar como a UFT se articula com vistas a concretizar seu projeto educacional. Torna-se relevante explicitar, sobretudo, o que é o seu Projeto Educacional e quais as implicações sociais, políticas, econômicas e culturais presentes nele.

O Projeto Pedagógico Institucional (PPI) é, pois, um documento institucional que apresenta as diretrizes gerais para a implementação das atividades educacionais da UFT, enfatizando a articulação do seu contexto interno e externo, o compromisso da comunidade acadêmica, o planejamento e o acompanhamento, de modo que sua orientação privilegie o cumprimento da função social da Instituição. Constitui-se como um instrumento político, filosófico e teórico–metodológico, norteador das ações acadêmicas da UFT, construído em conformidade com sua história, sua inserção regional, vocação, missão, visão e porque não, com suas opções estratégicas. Reflete, também, o pensamento e as estratégias que orientam o mundo do trabalho; a ciência e a técnica que permeiam o processo de formação do aluno e está imbricado a uma visão de sociedade e de mundo que prioriza a construção de uma sociedade voltada para os valores humanos e a preservação do meio ambiente. Destaca que as atividades acadêmicas a serem desenvolvidas na UFT, em seus diversos cursos, devem preparar o aluno não só para a atuação profissional, no âmbito da dimensão técnica mas, como um profissional, consciente de seu papel como cidadão, com postura ética e solidária aos problemas sociais e coletivos.

Inserido nesse processo de desenvolvimento das referidas atividades da UFT, é importante ressaltar o processo interno de avaliação institucional e avaliação do curso, como integrantes do processo educativo, cujos princípios norteadores são: participação, solidariedade, globalidade, respeito à identidade institucional e à não-premiação e não-punição. Este auto-conhecimento visa subsidiar a tomada de decisões para a melhoria acadêmica em termos didático-pedagógicos, de gestão e de infra-estrutura. Neste sentido, os projetos pedagógicos dos cursos devem refletir a função social da Universidade em conformidade com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), considerando-a como “um espaço de expressão democrática e cultural, reconhecida pelo ensino de qualidade e pela pesquisa e extensão voltadas para o desenvolvimento sustentável da Amazônia” (PDI-UFT: 2006)

2. HISTÓRICO DA UFT

A Universidade Federal do Tocantins (UFT) foi criada após sucessivas mudanças e reestruturações vivenciadas pela Universidade do Estado do Tocantins (UNITINS). Esta foi criada pelo Decreto nº 252/90, de 21 de fevereiro de 1990, instituída pela Lei nº 136/90, de 21 de fevereiro de 1990 e autorizada para seu funcionamento pelo Decreto nº 2.021/90, de 27 de dezembro de 1990.

A Unitins foi inicialmente organizada na forma de uma Fundação de direito público, uma instituição pública subsidiada pelo Estado e permaneceu com esse regime jurídico até aproximadamente o ano de 1992, quando sofreu sua primeira reestruturação, sendo transformada numa autarquia do sistema estadual. A partir do ano de 1996, foi iniciada uma nova reestruturação com a aprovação da Lei 872/96, de 13 de novembro de 1996, que determinou o processo de extinção da forma autárquica e indicou sua posterior transformação para o regime de uma Fundação de direito privado. Essa transformação foi efetivada com a sanção da Lei nº. 1.126/00, de 01 de fevereiro de 2000. Nesse momento, essa universidade passou por novas mudanças que implicaram num processo de privatização da única universidade pública do Estado do Tocantins. Novas medidas legais¹ ajudaram a evidenciar os rumos e contornos que a Unitins foi assumindo. Nas mudanças implementadas, o Estado começou a distanciar-se de suas obrigações como gestor, propondo a assinatura de contratos de gestão com a iniciativa privada, pública e órgãos não-governamentais e implementando o pagamento de mensalidades pelos alunos.

Frente às mudanças ocorridas na natureza jurídica dessa universidade estadual, a população e em especial a acadêmica, organizou uma série de manifestações que marcaram um longo período de lutas, paralisações, passeatas e mobilizações que acabaram por desencadear a suspensão da cobrança de mensalidades e a re-instituição da universidade pública e gratuita.

Nesse mesmo período, o governo estadual propôs como alternativa aos problemas que afligia a comunidade universitária: a criação de uma universidade federal. Essa proposta foi articulada com assinatura da Mensagem Presidencial nº 745/00, de 26 de maio de 2000, que encaminhava ao Congresso Nacional o texto do Projeto de Lei nº. 3.126/00, por meio do qual autorizava o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade Federal do Tocantins (UFT).

O projeto inicial de criação contemplava a autorização de uma universidade no formato *unicampi*. Como relator, foi indicado o ex-Deputado Federal Paulo Mourão, que após várias discussões e reflexões apresentou um projeto substitutivo, indicando a criação de uma universidade na forma *multicampi*. O projeto foi aprovado pela Câmara e pelo Senado Federal e transformado na lei nº 10.032/00, de 23 de outubro de 2000 que autorizou o Poder Executivo a instituir a Universidade Federal do Tocantins (UFT).

Em abril de 2001, foi nomeada a primeira Comissão Especial de Implantação da Universidade Federal do Tocantins pelo Ministro da Educação, Paulo Renato, por meio da Portaria de nº 717, de 18 de abril de 2001. Essa comissão, entre outros, teve o objetivo de

¹ Além da lei nº 872/96, de 13 de novembro de 1996, outras leis também contribuíram na definição dos caminhos da Unitins nesse momento, como: a lei nº 873/96, de 25 de novembro de 1996, a lei nº 874/96, de 6 de dezembro de 1996, a lei nº 1.042/99, de 28 de janeiro de 1999 e a lei nº 1.126/00, de 1º de fevereiro de 2000.

elaborar o Estatuto e um projeto de estruturação com as providências necessárias para a implantação da nova universidade. Como presidente dessa comissão foi designado o professor doutor Eurípedes Vieira Falcão, ex-reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Em abril de 2002, depois de dissolvida a primeira comissão designada com a finalidade de implantar a UFT, uma nova etapa foi iniciada. Para essa nova fase, foi assinado em julho de 2002, o Decreto de nº 4.279, de 21 de junho de 2002, atribuindo à Universidade de Brasília (UnB) competências para tomar as providências necessárias para a implantação da UFT. Para tanto, foi designado o professor Doutor Lauro Morhy, na época reitor da Universidade de Brasília, para o cargo de reitor *pró-tempore* da UFT.

Em julho do mesmo ano, foi firmado o Acordo de Cooperação nº 1/02, de 17 de julho de 2002, entre a União, o Estado do Tocantins, a Unitins e a UFT, com interveniência da Universidade de Brasília, com o objetivo de viabilizar a implantação definitiva da Universidade Federal do Tocantins. Com essas ações, iniciou-se uma série de providências jurídicas e burocráticas, além dos procedimentos estratégicos que estabelecia funções e responsabilidades a cada um dos órgãos representados.

Dentre as atividades realizadas pela Universidade de Brasília destacam-se os procedimentos para a inclusão da Fundação Universidade Federal do Tocantins nos sistemas federais como: os registros aos órgãos responsáveis; a criação das unidades gestoras; a liberação de códigos de vagas e a realização do primeiro concurso para docentes, em janeiro de 2003. Em maio de 2003, o reitor *pró-tempore*, Lauro Morhy, deu posse aos professores. Nessa época, desencadeou-se o processo de realização da primeira eleição para diretores de *campi* da Universidade.

Com relação aos cargos de pessoal técnico-administrativo, o Decreto de nº 4279/02 havia atribuído inicialmente um total de 245 cargos para os servidores efetivos da área técnico-administrativa, mas essas vagas não foram liberadas pelo MEC. Foi então solicitado, por meio do Ofício nº 273, de 14 de abril de 2003 da UnB, em caráter de excepcionalidade, a liberação de 40 vagas à área administrativa de nível superior, visando suprir as áreas de apoio estratégico da administração da Universidade. Essas vagas só foram liberadas em dezembro de 2003 e a realização do concurso pode ser concluída em abril do ano de 2004. Nesse certame, foram oferecidas vagas para os cargos de nível superior distribuídas da seguinte forma: 28 vagas para Administrador, 2 para Analista de Sistema, 4 para Contador, 4 para Economista, 1 para Auditor e 1 vaga para Psicólogo. Considerando, todavia, o déficit de funcionários da área administrativa no processo de consolidação da UFT, foi firmada uma parceria com o governo do Estado que permitiu a permanência de funcionários da Unitins e outros contratos com o Estado.

Já finalizado o prazo dos trabalhos da comissão comandada pela UnB, foi indicado uma nova comissão de implantação pelo Ministro Cristóvam Buarque. Nessa ocasião, foi convidado para reitor *pró-tempore* o professor Doutor Sérgio Paulo Moreyra, que à época era professor titular aposentado da Universidade Federal de Goiás (UFG) e também, assessor do Ministério da Educação. Entre os membros dessa comissão, foi designado, por meio da Portaria de nº 002/03 de 19 de agosto de 2003, o professor mestre Zezuca Pereira da Silva, também professor titular aposentado da UFG para o cargo de coordenador do Gabinete da UFT.

Essa comissão elaborou e organizou as minutas do Estatuto, Regimento Geral, o processo de transferência dos cursos da Universidade do Estado do Tocantins (UNITINS), que foram submetidos ao Ministério da Educação e ao Conselho Nacional de Educação (CNE). Criou as comissões de Graduação, de Pesquisa e Pós-graduação, de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários e de Administração e Finanças. Preparou e coordenou a realização da consulta acadêmica para a eleição direta do Reitor e do Vice-Reitor da UFT, que ocorreu no dia 20 de agosto de 2003, na qual foi eleito o professor Alan Barbiero. Em 24 de setembro de 2003, o professor Alan foi nomeado o 1o. Reitor *pró-tempore* pelo período de 12 meses, ou seja, até 12 de julho de 2004, pelo Vice-Presidente da República, José Alencar. No ano de 2004, por meio da Portaria nº 658, de 17 de março de 2004, o ministro da educação, Tarso Genro, homologou o Estatuto da Fundação, aprovado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), o que tornou possível a criação e instalação dos Órgãos Colegiados Superiores, como o Conselho Universitário (CONSUNI) e o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE).

Com a instalação desses órgãos foi possível consolidar as ações inerentes à eleição para Reitor e Vice-Reitor da UFT conforme as diretrizes estabelecidas pela lei nº. 9.192/95, de 21 de dezembro de 1995, que regulamenta o processo de escolha de dirigentes das instituições federais de ensino superior por meio da análise da lista tríplice.

Na UFT, a lista foi elaborada pelo Colégio Eleitoral no dia 20 de abril de 2004, em conformidade com a Resolução nº. 001/04, de 14 de abril de 2004 do CONSUNI. Os nomes do professor doutor Alan Barbiero para Reitor e da professora doutora Flávia Lucila Tonani para Vice-Reitora foram indicados, prevalecendo a lógica do processo eletivo realizado no dia 20 de agosto de 2003.

O resultado foi encaminhado ao Ministério de Educação e, no dia 13 de julho de 2004, o Presidente da República, Luis Inácio Lula da Silva, nomeou o professor Alan Barbiero para o cargo de reitor definitivo, para o mandato de 13 de julho de 2004 a 13 de julho de 2008, sendo a posse definitiva dada pelo Ministro da Educação, Tarso Genro, em 03 de agosto de 2003.

Com a homologação do Estatuto da Fundação Universidade Federal do Tocantins, no ano de 2004, por meio do Parecer do (CNE/CES) nº041 e Portaria Ministerial nº. 658/2004, também foi realizada a convalidação dos cursos de graduação e os atos legais praticados até aquele momento pela Fundação Universidade do Tocantins (UNITINS). Por meio desse processo, a UFT incorporou todos os cursos e também o curso de Mestrado em Ciências do Ambiente, que já era ofertado pela Unitins, bem como, fez a absorção de mais de oito mil alunos, além de materiais diversos como equipamentos e estrutura física dos *campi* já existentes e dos prédios que estavam em construção.

No ano de 2005, foram liberadas 358 vagas para a realização do concurso dos servidores técnico-administrativos, que foi realizado em novembro do referido ano. As vagas foram distribuídas da seguinte forma: 81 vagas para os cargos de nível superior e 277 vagas para os cargos de nível intermediário.

Atualmente, pode-se afirmar que a UFT está de fato implantada e firmemente estabelecida como uma instituição federal em plena consolidação que é e será referência para todo o País. Com menos de quatro anos de existência, constituída sob uma estrutura *multicampi*, com sete *campi* distribuídos pelo Estado, oferece 29 cursos de graduação, 5

curso de pós-graduação na modalidade *strictu-sensu* (mestrado) e dois cursos de doutorado interinstitucional, além de 21 cursos de pós-graduação na modalidade *lato-sensu*. Também implantou o curso de Biologia na modalidade Educação a Distância, nos *campi* de Araguaína, Arraias e Gurupi.

Segundo dados do Sistema de Informação para o Ensino (SIE/UFT, 08/01/2007) a Universidade conta aproximadamente com cerca de 544 professores, sendo 106 doutores, 299 mestres, 69 especialistas e 70 graduados; aproximadamente 398 servidores técnico-administrativos e 8.400 alunos dos cursos de graduação. Segundo dados da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação, de fevereiro de 2007, a UFT tem aproximadamente 520 alunos nos cursos de pós-graduação.

A história desta Instituição, assim como todo o seu processo de criação e implantação, representa uma grande conquista ao povo tocantinense. É, portanto, um sonho que vai aos poucos se consolidando numa *instituição social* voltada para a produção e difusão de conhecimentos, para a formação de cidadãos e profissionais qualificados, comprometidos com o desenvolvimento social, político, cultural e econômico da Nação.

Concordamos, assim, com o sentido dado pela metáfora usada por Menezes (2000) de que

“A universidade é formada [...] por uma comunidade viva que, até por força de ofício, permanentemente pensa e atua. Uma ampla diversidade de pessoas, movidas por diferentes intenções, desejos, necessidades, expectativas e ambições; pessoas com diferentes preparos, culturas, conhecimentos, experiências, saberes, treinamentos, pessoas com diferentes visões de mundo, valores, princípios, propostas políticas, convicções filosóficas.”

Dessa afirmativa, depreende-se que a UFT deve estar atenta para uma dimensão que privilegia a vida universitária, os sujeitos que a constroem, homens e mulheres, docentes, técnico-administrativos, alunos e alunas que, a partir e nas relações que estabelecem, participam na definição de rumos e caminhos percorridos pela Universidade.

3. A UFT NO CONTEXTO REGIONAL E LOCAL

O Tocantins se caracteriza por ser um Estado multicultural. O caráter heterogêneo de sua população coloca para a UFT o desafio de promover práticas educativas que promovam o ser humano e que elevem o nível de vida de sua população. A inserção da UFT nesse contexto se dá por meio dos seus diversos cursos de graduação, programas de pós-graduação, em nível de mestrado, doutorado e cursos de especialização integrados a projetos de pesquisa e extensão que, de forma indissociável, propiciam a formação de profissionais e produzem conhecimentos que contribuem para a transformação e desenvolvimento do estado do Tocantins.

A UFT, com uma estrutura *multicampi*, possui 7 (sete) *campi* universitários localizados em regiões estratégicas do Estado, que oferecem diferentes cursos vocacionados para a realidade local. Nesses *campi*, além da oferta de cursos de graduação e pós-graduação que oportunizam à população local e próxima o acesso à educação superior pública e gratuita,

são desenvolvidos programas e eventos científico-culturais que permitem ao aluno uma formação integral. Levando-se em consideração a vocação de desenvolvimento do Tocantins, a UFT oferece oportunidades de formação nas áreas das Ciências Sociais Aplicadas, Humanas, Educação, Agrárias, Ciências Biológicas e da Saúde.

Os investimentos em ensino, pesquisa e extensão na UFT buscam estabelecer uma sintonia com as especificidades do Estado demonstrando, sobretudo, o compromisso social desta Universidade para com a sociedade em que está inserida. Dentre as diversas áreas estratégicas contempladas pelos projetos da UFT, merecem destaque às relacionadas a seguir:

Atenção especial tem sido dada às diversas formas de territorialidades no Tocantins. As ocupações do estado pelos indígenas, afro-descendentes, entre outros grupos, fazem parte dos objetos de pesquisa. Os estudos realizados revelam as múltiplas identidades e as diversas manifestações culturais presentes na realidade do Tocantins, bem como as questões da territorialidade como princípio para um ideal de integração e desenvolvimento local.

Considerando que o Tocantins tem desenvolvido o cultivo de grãos e frutas e investido na expansão do mercado de carne – ações que atraem investimentos de várias regiões do Brasil, a UFT vem contribuindo para a adoção de novas tecnologias nessas áreas. Com o foco ampliado, tanto para o pequeno quanto para o grande produtor, busca-se uma agropecuária sustentável, com elevado índice de exportação e a conseqüente qualidade de vida da população rural.

Tendo em vista a riqueza e a diversidade natural da Região Amazônica, os estudos da biodiversidade e das mudanças climáticas também merecem destaque. A UFT possui um papel fundamental na preservação dos ecossistemas locais, viabilizando estudos das regiões de transição entre grandes ecossistemas brasileiros presentes no Tocantins – Cerrado, Floresta Amazônica, Pantanal e Caatinga, que caracterizam o Estado como uma região de ecótonos.

O Tocantins possui uma população bastante heterogênea que agrupa uma variedade de povos indígenas e uma significativa população rural. A UFT tem, portanto, o compromisso com a melhoria do nível de escolaridade no Estado, oferecendo uma educação contextualizada e inclusiva. Dessa forma, a Universidade tem desenvolvido ações voltadas para a educação indígena, educação rural e de jovens e adultos.

Diante da perspectiva de escassez de reservas de petróleo até 2050, o mundo busca fontes de energias alternativas socialmente justas, economicamente viáveis e ecologicamente corretas. Nesse contexto, a UFT desenvolve pesquisas nas áreas de energia renovável, com ênfase no estudo de sistemas híbridos – fotovoltaica/energia de hidrogênio e biomassa, visando definir protocolos capazes de atender às demandas da Amazônia Legal.

Tendo em vista que a educação escolar regular das Redes de Ensino é emergente, no âmbito local, a formação de profissionais que atuam nos sistemas e redes de ensino que atuam nas escolas do Estado do Tocantins e estados circunvizinhos.

4. MISSÃO INSTITUCIONAL

A Missão da Universidade Federal do Tocantins é produzir e difundir conhecimentos para formar cidadãos e profissionais qualificados, comprometidos com o desenvolvimento sustentável da Amazônia.

5. VISÃO DE FUTURO

Até 2010, a UFT será uma Universidade consolidada, multicampi, um espaço de expressão democrática e cultural, reconhecida pelo ensino de qualidade, pela pesquisa e extensão voltadas para o desenvolvimento sustentável da Amazônia.

6. FINALIDADES

Com vistas à consecução da missão institucional, todas as atividades de ensino, pesquisa e extensão da UFT, e todos os esforços dos gestores, comunidade docente, discente e administrativa deverão estar voltados para:

- o estímulo à produção de conhecimento, à criação cultural e ao desenvolvimento do espírito científico e reflexivo;
- a formação de profissionais nas diferentes áreas do conhecimento, aptos à inserção em setores profissionais, à participação no desenvolvimento da sociedade brasileira e colaborar para a sua formação contínua;
- o incentivo ao trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência, da tecnologia e a criação e difusão da cultura, propiciando o entendimento do ser humano e do meio em que vive;
- a promoção da divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem o patrimônio da humanidade comunicando esse saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- a busca permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- o estímulo ao conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais; prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
- a promoção da extensão aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural, da pesquisa científica e tecnológica geradas na Instituição.

7. ESTRUTURA DA UFT

A UFT está distribuída em 7 (sete) *campi* universitários, localizados em regiões estratégicas do Estado do Tocantins, podendo desta forma contribuir com o desenvolvimento

local e regional, contemplando as suas diversas vocações e ofertando ensino superior público e gratuito em diversos níveis.

Os *Campi* são os seguintes:

<p>Campus de Araguaína</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ História ▪ Geografia ▪ Letras ▪ Ciências Matemáticas ▪ Medicina veterinária ▪ Zootecnia ▪ Biologia (modalidade à distância) ▪ Mestrado em Ciência Animal Tropical 	<p>Campus de Arraias</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Pedagogia ▪ Ciências Matemáticas ▪ Biologia (modalidade a distância)
<p>Campus de Gurupi</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Agronomia ▪ Engenharia Florestal ▪ Biologia (modalidade a distância) ▪ Mestrado em Produção Vegetal 	<p>Campus de Miracema</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Pedagogia ▪ Serviço Social
<p>Campus de Palmas</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Administração ▪ Direito ▪ Comunicação Social ▪ Ciência da Computação ▪ Ciências Econômicas 	<p>Campus de Porto Nacional</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Biologia ▪ História ▪ Geografia ▪ Letras ▪ Dinter em História Social
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Arquitetura e Urbanismo ▪ Engenharia Ambiental ▪ Engenharia de alimentos ▪ Medicina ▪ Pedagogia ▪ Mestrado em Ciências do Ambiente ▪ Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio ▪ Mestrado em Arquitetura e Urbanismo Dinter em Educação 	<p>Campus de Tocantinópolis</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Pedagogia Ciências Sociais

8. PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS

A UFT nasceu no contexto do debate da Reforma Universitária. Esse momento é também um marco no projeto de expansão do ensino superior público no país e no avanço das políticas de inclusão e democratização do acesso à educação.

Algumas tendências contemporâneas orientam o pensar sobre o papel e a função da educação no processo de fortalecimento de uma sociedade mais justa, humanitária e igualitária. A primeira tendência diz respeito às aprendizagens que devem orientar o ensino superior no sentido de serem significativas para a atuação profissional do formando. A segunda tendência está inserida na necessidade efetiva da interdisciplinaridade,

problematização, contextualização e relacionamento do conhecimento com formas de pensar o mundo e a sociedade na perspectiva da participação, da cidadania e do processo de decisão coletivo. A terceira, se fundamenta na ética e na política como bases fundamentais da ação humana. A quarta tendência trata diretamente do ensino superior cujo processo deverá se desenvolver no aluno como sujeito de sua própria aprendizagem, o que requer a adoção de tecnologias e procedimentos adequados a esse aluno para que se torne atuante no seu processo de aprendizagem. Isso nos leva a pensar o que é o ensino superior, o que é a aprendizagem e como ela acontece nessa atual perspectiva.

A última tendência diz respeito à transformação do conhecimento em tecnologia acessível e passível de apropriação pela população. Essas tendências são as verdadeiras questões a serem assumidas pela comunidade universitária em sua prática pedagógica, uma vez que qualquer discurso efetiva-se de fato através da prática. É também essa prática, esse fazer cotidiano de professores de alunos e gestores que darão sentido às premissas acima, e assim se efetivarão em mudanças no processo de ensino - aprendizagem, melhorando a qualidade dos cursos e criando a identidade institucional.

9. OPÇÕES ESTRATÉGICAS DA UFT

- Ambiente de excelência acadêmica
- Atuação sistêmica
- Articulação com a sociedade
- Aprimoramento da gestão
- Formação para o mundo do trabalho
- Mérito acadêmico

10. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DA UFT

A UFT, em seu Planejamento Estratégico (2006-2010), definiu os objetivos estratégicos em duas dimensões: ensino (graduação e pós-graduação), pesquisa e extensão e aperfeiçoamento da gestão.

10.1. Ensino (Graduação e Pós-graduação), Pesquisa e Extensão

Essa dimensão apresenta os seguintes objetivos:

- consolidar e fortalecer os cursos (graduação e pós-graduação)
- implantar e consolidar um programa de avaliação dos cursos, projetos e programas
- articular a pesquisa e o ensino (graduação e pós-graduação) e sua devida interação com as ações de extensão
- definir uma política de incentivo à produção científica
- implantar programas de graduação, pós-graduação, pesquisa e extensão com vistas a projetar a UFT como referência nas áreas de agropecuária, agroindústria e meio ambiente; identidade, cultura e territorialidade; saúde; energias renováveis; direitos humanos e educação (principalmente: jovens, adultos e indígenas); mudanças climáticas (estudo específico da transição de ecossistemas – os ecótonos); e biodiversidade, biotecnologias e recursos genéticos

- preparar os alunos para o exercício da cidadania comprometidos com os direitos humanos e justiça social
- consolidar programas com vistas a incentivar a institucionalização de práticas acadêmicas que respeitem a diversidade cultural e a pluralidade
- garantir o acesso e permanência das pessoas com necessidades educacionais especiais, fortalecendo, dessa forma, a política inclusão educacional na UFT
- promover a interdisciplinaridade, a multidisciplinaridade, e a transdisciplinaridade nas atividades de ensino, pesquisa e extensão e em todos os níveis de formação
- consolidar e implantar políticas de assistência estudantil que promovam o acesso, a permanência e o desempenho acadêmico dos estudantes em geral
- ampliar o número de cursos (graduação e pós-graduação)
- implantar novas modalidades de cursos de graduação e pós-graduação, atendendo às demandas do desenvolvimento tecnológico e à evolução da ciência

10.2 Aperfeiçoamento da Gestão

Os objetivos dessa dimensão são:

- adotar uma ativa política de comunicação e de divulgação (interna e externa) acerca das realizações na busca da construção da imagem institucional
- melhorar a infra-estrutura física, laboratorial e tecnológica, por meio da articulação política e parceria com todos os setores da sociedade
- ampliar a captação de recursos, incluindo convênios com instituições públicas e privadas
- fortalecer as estruturas administrativas de todos os *campi*
- descentralizar a gestão administrativa
- fortalecer os órgãos colegiados
- adotar mecanismos de fixação dos recursos humanos (moradia, plano de saúde)
- racionalizar e otimizar a utilização de recursos materiais, financeiros e de pessoal
- promover a modernização da gestão, ampliando a informatização e os meios de comunicação
- desenvolver políticas de qualificação do pessoal docente e técnico-administrativo
- implantar e consolidar uma política de avaliação da gestão

11. BASES CONCEITUAIS DO PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL

Pensar as políticas de graduação para a UFT requer clareza de que as variáveis inerentes ao processo de ensino-aprendizagem no interior de uma instituição educativa, vinculada a um sistema educacional, é parte integrante do sistema sócio-político-cultural e econômico do país.

Esses sistemas, por meio de articulação dialética, possuem seus valores, direções, opções, preferências, prioridades que se traduzem, e se impõem, nas normas, leis, decretos, burocracias, ministérios e secretarias. Nesse sentido, a despeito do esforço para superar a dicotomia quantidade x qualidade, acaba ocorrendo no interior da Universidade a predominância dos aspectos quantitativos sobre os qualitativos, visto que a qualidade

necessária e exigida não deixa de sofrer as influências de um conjunto de determinantes que configuram os instrumentos da educação formal e informal e o perfil do alunado.

As Políticas de Graduação devem estar articuladas e corresponder às mudanças exigidas das instituições de ensino superior dentro do cenário mundial, do país e da região amazônica. Devem demonstrar uma nova postura que considere as expectativas e demandas da sociedade e do mundo do trabalho, concebendo Projetos Pedagógicos com currículos mais dinâmicos, flexíveis, adequados e atualizados, que coloquem em movimento as diversas propostas e ações para a formação do cidadão capaz de atuar com autonomia. Nessa perspectiva, a lógica que pauta a qualidade como tema gerador da proposta para o ensino da graduação na UFT tem, pois, por finalidade a construção de um processo educativo coletivo, objetivado pela articulação de ações voltadas para a formação técnica, política, social e cultural dos seus alunos.

Nessa linha de pensamento, torna-se indispensável a interação da Universidade com a comunidade interna e externa, com os demais níveis de ensino e os segmentos organizados da sociedade civil, como expressão da qualidade social desejada para a formação do cidadão.

Diante do exposto, entende-se que o elemento aglutinador das Políticas de Graduação desta Universidade é o presente Projeto Pedagógico Institucional (PPI), tomando como base a articulação das políticas desenvolvidas para o ensino, pesquisa, extensão e gestão da UFT.

Este PPI da UFT foi construído considerando a grande crise vivida pela sociedade capitalista no final da década de 1970, o que intensifica o processo de reforma do modelo de Estado (passagem do Estado de Bem-Estar Social para um Estado Neoliberal) e implantação de um novo modelo de produção (passagem do modelo Taylorista/Fordista para um modelo Toyotista). Nessa perspectiva, a última década do Século XX e início do Século XXI tem sido palco de intensa convulsão social e econômica, provocando fortes transformações nas políticas econômicas, sociais (aí incluída a educação) e nas questões epistemológicas, exigindo mudanças na formação profissional do cidadão para atuar nesse novo contexto social. Nesse cenário, um currículo adequado parece passar pela perspectiva de um ensino articulado com a pesquisa e com a extensão. Dessa maneira, os elementos curriculares adquirirão novas formas, os conteúdos serão apreendidos compreensivamente e a relação aluno-professor se dará no modo sujeito-sujeito; as metodologias serão variadas e ativas, a avaliação refletirá a análise do processo, considerando-se o alcance dos objetivos e a reorganização de ações e conceitos fundantes.

Todo esse leque de possibilidades educativas precisa, todavia, ser desenvolvido tendo como norte a Constituição Federal, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), o Plano Nacional de Educação (PNE), o Plano Nacional de Graduação (PNG), os movimentos sociais organizados, os fóruns internos como o FEPEC e as demandas produtivas.

A UFT construiu o seu PPI tendo como diretriz a interface com as políticas acadêmicas de gestão, de desenvolvimento institucional, de assistência, de recursos humanos, de informações e de relações nacionais e internacionais. Nessa perspectiva, os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) da UFT deverão estar pautados em diretrizes que contemplem a permeabilidade às transformações, a interdisciplinaridade, a formação integrada à realidade social, a necessidade da educação continuada, a articulação teoria-prática e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Deverão, pois, ter como referencial:

- a democracia como pilar principal da organização universitária, seja no processo de gestão ou nas ações cotidianas de ensino
- o deslocamento do foco do ensino para a aprendizagem (articulação do processo de ensino aprendizagem) re-significando o papel do aluno, na medida em que ele não é um mero receptor de conhecimentos prontos e descontextualizados, mas sujeito ativo do seu processo de aprendizagem
- o futuro como referencial da proposta curricular – tanto no que se refere a ensinar como nos métodos a serem adotados. O desafio a ser enfrentado será o da superação da concepção de ensino como transmissão de conhecimentos existentes. Mais que dominar o conhecimento do passado, o aluno deve estar preparado para pensar questões com as quais lida no presente e poderá defrontar-se no futuro, deve estar apto a compreender o presente e a responder a questões prementes que se interporão a ele, no presente e no futuro.
- a superação da dicotomia entre dimensões técnicas e dimensões humanas integrando ambas em uma formação integral do aluno
- a formação de um cidadão e profissional de nível superior que resgate a importância das dimensões sociais de um exercício profissional. Formar, por isso, o cidadão para viver em sociedade.
- a aprendizagem como produtora do ensino; o processo deve ser organizado em torno das necessidades de aprendizagem e não somente naquilo que o professor julga saber.
- a transformação do conhecimento existente em capacidade de atuar. É preciso ter claro que a informação existente precisa ser transformada em conhecimento significativo e capaz de ser transformada em aptidões, em capacidade de atuar produzindo conhecimento.
- o desenvolvimento das capacidades dos alunos para atendimento das necessidades sociais nos diferentes campos profissionais e não apenas demandas de mercado.
- o ensino para as diversas possibilidades de atuação com vistas à formação de um profissional empreendedor capaz de projetar a própria vida futura, observando-se que as demandas do mercado não correspondem, necessariamente, às necessidades sociais.

12. PRINCIPAIS LINHAS DE AÇÃO PARA AS ÁREAS ESTRATÉGICAS DA UFT

Os objetivos estabelecidos para o quinquênio 2006-2010 estão expressos em programas e ações definidos e conduzidos pela Reitoria por meio do debate com a comunidade acadêmica e organizados pelas Pró-Reitorias de Graduação, Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Administração. Para efeito didático, apresentaremos, na seqüência, um painel sintetizando as principais propostas de programas e ações para as áreas acima.

12.1. ENSINO

Os princípios fundamentais que orientam a construção das políticas da Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) estão assentados na concepção da educação como um bem público, no seu papel formativo, na produção de conhecimento, na produção de valores democráticos, na ética, nos valores humanos, na cidadania, na luta contra a exclusão social, na preservação ambiental e na cultura da paz.

Missão da PROGRAD

A Pró-Reitoria de Graduação tem como missão proporcionar um ensino voltado para a produção e difusão do conhecimento científico, sócio-político e cultural, com vistas à formação do cidadão e do profissional qualificado e comprometido com o desenvolvimento sustentável da Amazônia.

Principais desafios a serem enfrentados pela UFT, a curto e médio prazo

- construção das Diretrizes Gerais para os cursos de graduação
- melhoria e modernização das condições físicas: prédios de salas de aulas, laboratórios áreas de convivência e lazer, sala de professores
- melhoria das condições das bibliotecas
- proposição de novas formas de organização didático-pedagógica
- melhoria da gestão dos cursos de graduação

Programas estratégicos da PROGRAD

- Estruturação e desenvolvimento acadêmico - Projeto Pedagógico Institucional e dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs);
- Modernização e informatização das bibliotecas;
- Aperfeiçoamento discente;
- Re-estruturação do sistema de controle e registro acadêmico;
- Gestão acadêmica;
- Implantação de programa de avaliação interna dos cursos, como integrante dos Projetos Pedagógicos dos cursos;
- Educação a distância.

Estruturação e desenvolvimento acadêmico

Diretrizes

- refletir coletivamente e de forma continuada sobre o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) em conformidade com as novas diretrizes do ensino, com o Planejamento Estratégico e Plano de Desenvolvimento Institucional e com os fóruns específicos
- promover a construção de Projetos pedagógicos, em conformidade com as novas diretrizes do ensino e a nova realidade institucional voltadas para formação integral do aluno, para as mudanças científicas, tecnológicas e culturais em que estão inseridos e com as condições específicas de oferta de cada curso
- desenvolver projetos de formação para o uso de novas tecnologias aplicadas ao ensino e aplicação de novas metodologias de ensino, inclusive a distância e em rede.

Estratégias

- promover espaços para se pensar e definir as diretrizes norteadoras do processo formativo da UFT
- assessorar, continuamente, o processo de elaboração, reestruturação e implementação dos PPCs
- realizar diagnóstico das necessidades formativas dos docentes da UFT
- realizar eventos de natureza político-pedagógica envolvendo os docentes

- estruturar um núcleo de apoio pedagógico visando discutir as questões de ordem didático-pedagógicas
- criar condições para a discussão de temas e novas experiências didático-pedagógicas

Modernização e informatização das bibliotecas

Diretrizes

- implantar um atendimento padrão, moderno, informatizado, interligando o Sistema de Bibliotecas Universitárias da UFT
- atualizar o acervo bibliográfico, em conformidade com a reformulação dos Projetos Pedagógicos dos cursos de graduação e pós-graduação.

Estratégias

- identificar as necessidades e referenciais para a criação do Sistema de Bibliotecas
- elaborar o projeto de criação do Sistema de Bibliotecas
- elaborar o projeto de informatização do Sistema de Bibliotecas
- informatizar o Sistema de Bibliotecas
- alimentar o banco de dados do Sistema de Bibliotecas da UFT
- implantar gradualmente o Sistema de Bibliotecas
- elaborar os projetos de reforma e ou construção da estrutura física, estruturação com mobiliários e equipamentos e estruturação dos serviços das bibliotecas.
- executar o projeto de reforma e/ou construção da estrutura física das bibliotecas
- executar o projeto de estruturação das bibliotecas com mobiliários e equipamentos
- executar o projeto de reestruturação dos serviços das bibliotecas
- elaborar o projeto de aquisição, expansão e atualização do acervo bibliográfico.
- executar o projeto de aquisição, expansão e atualização do acervo bibliográfico.

Aperfeiçoamento discente

Diretrizes

- criar e implantar programas que contribuam para a melhoria dos processos de ensino e aprendizagem
- assegurar a implantação dos programas e projetos nacionais que visem à melhoria do ensino
- implantar e aperfeiçoar programas e projetos no âmbito do Sistema Federal de Educação (PET, PIM, MA)
- promover políticas de melhoria do acesso e permanência dos estudantes na universidade

Estratégias

- identificar as dificuldades que impedem o bom desenvolvimento dos programas e projetos federais
- buscar os recursos necessários (humanos e materiais) para o bom desenvolvimento dos programas e projetos em pauta
- acompanhar, sistematicamente, o desenvolvimento dos referidos programas e projetos
- elaborar programas e projetos que viabilizem a inclusão dos discentes nos cursos de graduação e pós-graduação da UFT

- implementar os programas e projetos em questão
- elaborar outros programas e projetos que fortaleçam o ensino na UFT
- interferir no processo de ensino aprendizagem da Educação Básica
- promover acompanhamento específico aos discentes nos períodos iniciais do curso
- auxiliar os alunos que têm dificuldades em acompanhar o fluxo regular do curso
- melhorar as políticas sistemáticas de permanência dos alunos

Reestruturação do sistema de controle e registro acadêmico

Diretrizes

- melhorar o sistema de serviços acadêmicos por meio da implementação de políticas específicas
- planejar a nova estrutura dos Setores de Registro de Diplomas e de Controle Acadêmico
- planejar a sistemática de trabalho e organização das Secretarias Acadêmicas
- implantar e utilizar o SIE em sua potencialidade total

Estratégias

- definir e implementar a estrutura mínima das Secretarias Acadêmicas e descrever as funções de seus servidores
- dar continuidade ao processo de implantação do SIE para atendimento amplo às necessidades acadêmicas
- sistematizar os procedimentos acadêmicos relativos à implementação de dados acadêmicos, emissão de relatórios a partir de demandas do MEC, INEP, etc.
- capacitar os servidores visando a otimização dos recursos do SIE
- implementar o diário eletrônico em todos os cursos e campi
- implantar o histórico escolar on-line e ampliar os recursos do portal do aluno
- estruturar a Setor de Registro de diplomas para atendimento às IES do estado
- definir e implementar uma política de gestão e guarda de documentos acadêmico-institucionais

Gestão acadêmica

Diretrizes

- promover a articulação do ensino, pesquisa, extensão e cultura em todas as práticas pedagógicas dos cursos
- implementar uma política de estágios que contemple as especificidades das licenciaturas, do bacharelado e demais cursos oferecidos pela UFT
- avaliar continuamente as condições de ensino dos cursos visando à melhoria na oferta e otimização de recursos
- subsidiar os gestores dos cursos de graduação com análises e estudos específicos
- estruturar e dar suporte ao grupo de discussão das pedagogias, das licenciaturas e bacharelados.
- propor novas formas de organização didático-pedagógico dos cursos de graduação e novas metodologias do processo de ensino e aprendizagem.
- propor novos modelos de estudos de graduação, bem como maior integração entre esses estudos e os de pós-graduação

Estratégias

- promover espaços de diálogo entre as modalidades de cursos de graduação
- analisar os resultados dos cursos obtidos por meio de estudos internos e de avaliações promovidas pelo sistema nacional
- propor diretrizes para realização do planejamento acadêmico
- buscar espaços de diálogo via web com o corpo docente /discente e comunidade em geral
- promover a formação de grupos de estudo com vistas a aprofundar as discussões sobre as novas tecnologias aplicadas ao ensino de graduação
- aprimorar os bancos de dados e disponibilizar as suas informações, visando a um melhor conhecimento da instituição e o aperfeiçoamento de políticas da graduação
- formar grupos de estudos e aprofundamento de temas relativos às novas metodologias e modalidades de cursos a serem implementados nos *campi* universitários

Implantação de programa de avaliação interna dos cursos, como processo integrante dos Projetos Pedagógicos dos Cursos.

- sensibilizar a comunidade acadêmica para a importância da avaliação dos cursos e programas como instrumento de autoconhecimento e aperfeiçoamento das ações institucionais
- implementar, em todos os segmentos dos cursos, um processo de avaliação contínuo, formativo, flexível e democrático
- promover a permanente melhoria da qualidade das atividades acadêmicas do curso por meio da análise e reflexão dos dados obtidos nos processos avaliativos.

Educação a distância

A educação a distância foi implantada, no âmbito da UFT, em caráter experimental, na área de licenciatura em Biologia, em três unidades operativas de Educação a Distância, nos *campi* universitários da UFT de Araguaína, Gurupi e Arraias.

A oferta do curso de Biologia, modalidade educação a distância, originou-se a partir da elaboração de um projeto apresentado pelo Consórcio Setentrional, constituído inicialmente por oito Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES) dos Consórcios Regionais UNIVIR-CO, Amazônia NET E CONSÓRCIO BAHIA, filiados à UniRede, para atender à chamada pública MEC/SEED no 01/2004. Com a adesão da UFT ao Consórcio Regional Amazônia NET, abriu-se a possibilidade da inserção dessa Universidade no Consórcio Setentrional, com a oferta de três Unidades Operativas.

A proposta inicial do Consórcio foi aprovada pelo MEC em 2004, e o curso teve início em 2005. Após a avaliação das experiências formativas desse curso será realizada uma nova discussão sobre a EaD nos respectivos colegiados com vista ao seu fortalecimento, bem como objetivando estruturar novas políticas sobre essa modalidade educativa.

As diretrizes seguintes explicitam a proposta de encaminhamento dessa modalidade de ensino na Universidade.

Diretrizes

- propor e implementar a política de educação a distância, tendo como referência a qualidade acadêmica, a articulação com as demais políticas educacionais da UFT, a sua necessária ação integradora entre as várias áreas do conhecimento e o seu papel social
- identificar áreas de conhecimento e demandas regionais para a proposição de cursos a distância
- implementar um sistema de avaliação contínua dos cursos a distância
- formar grupos de estudos e aprofundamento de temas relativos à inserção das tecnologias nos cursos de graduação
- promover a articulação do ensino, pesquisa e extensão como princípio norteador dos cursos de graduação a distância.

12.2 – PESQUISA

Missão da PROPESQ

A missão da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação é apoiar os processos inerentes à pesquisa e pós-graduação, visando proporcionar a produção de conhecimento científico utilizando como base indutora das problemáticas regionais, em especial àquelas voltadas para a Amazônia, sem, contudo perder o caráter universal do conhecimento.

Áreas prioritárias

- Educação
- Biodiversidade dos ecótonos
- Mudanças climáticas
- Identidades, cultura e territorialidade
- Agropecuária e meio ambiente
- Fontes renováveis de energia

Programas de pesquisa e pós-graduação da UFT

- melhoria e ampliação da iniciação científica (PIC)
- fortalecimento e expansão da pós-graduação *stricto sensu* na UFT (PPG)
- Programa de apoio à participação em eventos e a divulgação da produção científica da UFT (PPE)
- capacitação pessoal docente (PROCAP)
- apoio aos comitês técnico-científico e de ética (PAC)
- implantação de programa de avaliação interna dos projetos de pesquisa e cursos de pós-graduação, como integrante dos Projetos Pedagógicos dos cursos e projetos.

Melhoria e ampliação da iniciação científica

Diretrizes

- fazer gestão junto ao CNPq visando aumentar o número de bolsas de IC
- incentivar solicitações de bolsas em outras fontes
- estabelecer a interação dos programas de IC com a pós-graduação

Estratégias

- promover ampla divulgação de editais de bolsas de IC
- promover a participação dos alunos de IC em projetos de pesquisa vinculados aos programas de pós-graduação *stricto sensu*
- realizar Seminário de Iniciação Científica
- apoiar as iniciativas de realização de fórum para debater a importância da IC nos Campi

Fortalecimento e expansão da pós-graduação *stricto sensu* na UFT

Diretrizes

- induzir, incentivar e apoiar a criação de novos programas de mestrado e doutorado
- implementar o gerenciamento integrado da pesquisa e pós via sistema informatizado (SIE)
- estimular a cooperação internacional dos programas de pós-graduação da UFT com outros consolidados

Estratégias

- incentivar a integração de equipes de pesquisadores em torno de objetivos multidisciplinares convergentes
- apoiar e incentivar a publicação de livros e artigos em revistas indexadas (QUALIS)
- reivindicar bolsas, financiamento de projetos etc., junto às agências de fomento
- promover ações indutoras visando integrar os projetos pedagógicos dos cursos de graduação com os futuros programas de mestrado e doutorado do referido curso
- apoiar a realização de congressos, simpósios, seminários e semanas acadêmicas dos cursos
- divulgar a produção acadêmica da UFT
- identificar as demandas da sociedade
- fortalecer os grupos de pesquisa em todas as áreas do conhecimento
- incentivar a formação de grupos de pesquisa multi e interdisciplinares
- estimular a cooperação internacional em grupos
- promover articulações interinstitucionais para efetivar programas de mestrado e doutorado em áreas com necessidade de formação de mestres e doutores

Apoio à participação em eventos e à divulgação da produção científica da UFT

Diretrizes

- tornar a produção científica/tecnológica/artística da UFT mais visível para a sociedade
- otimizar a interação dos pesquisadores/grupos de pesquisa da UFT com grupos externos
- avaliar a produção científica

Estratégias

- promover e apoiar a realização de congressos, simpósios e seminários integrados
- implantar o Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas Científicas (SEER) – IBICT/UFT; (Submissão, Avaliação, Publicação, indexação, TEDE/FINEP/IBICT/CAPES)
- identificar as demandas da sociedade
- apoiar a participação em encontros regionais e nacionais

Promoção de capacitação docente

Diretrizes

- buscar condições para que acima de 90% do quadro docente da UFT sejam mestres e doutores
- estimular a continuada atualização profissional
- desenvolver ações integradas entre a pós, o desenvolvimento institucional e a demanda por recursos humanos

Estratégias

- Sustentar junto às agências de fomento a manutenção de programas de bolsas de estudo para a pós-graduação
- promover articulações interinstitucionais para efetivar programas de mestrado e doutorado em áreas com necessidade de formação de mestres e doutores (Minter e Dinter).

Apoio aos comitês científicos

Diretrizes

- desempenhar papel estratégico nos processos de criação e aperfeiçoamento de regras para avaliação de projetos e solicitações da comunidade científica da UFT
- acompanhar a qualidade e os princípios éticos e científicos dos programas e projetos propostos e implantados na UFT

Estratégias

- criar regras para o julgamento das solicitações no âmbito técnico-científico e ético da pesquisa e pós-graduação da UFT
- interagir junto à comunidade da UFT visando estabelecer propostas que possam melhorar a qualidade de programas e projetos UFT

Implantação de programa de avaliação interna dos projetos de pesquisa e cursos de pós-graduação, como processo integrante dos Projetos Pedagógicos dos cursos.

12.3- EXTENSÃO

Missão da PROEX

Proporcionar condições para que a comunidade tenha acesso às informações científicas, tecnológicas e culturais, cooperando com a construção de novos conhecimentos e a integração da universidade com a sociedade em geral.

Políticas de extensão e cultura

- Compromisso social
- Respeito à diversidade
- Arte e cultura

Áreas da extensão

- Comunicação
- Cultura
- Direitos Humanos e Justiça
- Educação
- Meio Ambiente
- Saúde
- Tecnologia
- Trabalho

Programas

- Promoção da cidadania
- Apoio à diversidade étnico-cultural
- Apoio ao desenvolvimento estudantil
- Permanência acadêmica
- Arte e cultura
- Avaliação interna de projetos e programas de extensão

Promoção da cidadania

Diretrizes

- alfabetizar jovens e adultos
- elaborar e acompanhar projetos para fortalecimento do trabalho de educação de jovens e adultos no Estado
- incentivar a participação dos acadêmicos nos programas de inclusão social nacionais, regionais e institucionais
- acompanhar os projetos de extensão propostos pela comunidade acadêmica.

Estratégias

- ampliar o compromisso social
- fortalecer a articulação entre a universidade e sociedade:
 - aumentando os projetos de extensão que tratam da inclusão
 - promovendo a participação efetiva de docentes e discentes
 - estimulando a participação efetiva de docentes e discentes

Apoio à diversidade étnico-cultural

Diretrizes

- garantir a permanência e sucesso dos alunos oriundos das cotas étnicas
- garantir a permanência e sucesso dos alunos oriundos do convênio estabelecido com os países africanos de língua portuguesa
- promover políticas igualdade racial na UFT

Estratégias

- promover em parceria com o MEC e FUNAI o debate em torno da situação dos estudantes indígenas da UFT
- estabelecer parcerias com as prefeituras e o Estado para a construção da Casa do Estudante Indígena
- acompanhar o desenvolvimento do Prolind (NEAI)
- articular ações conjuntas com a Diretoria de Assuntos Internacionais para garantir junto ao MEC, mecanismo de permanência para os alunos africanos
- fortalecer CEPPIR – Comissão Especial de Promoção de Políticas de Igualdade Racial na UFT
- realizar II levantamento socioeconômico, cultural e étnico-racial da UFT

E, ainda, apoiar a diversidade visando melhorar:

- a preparação e compreensão dos docentes e discentes quanto ao respeito à diversidade
- a infra-estrutura para atender os portadores de necessidades especiais e outros
- a aceitação da comunidade acadêmica em relação aos indígenas
- a compreensão sobre a temática inerente à violência contra as mulheres

Apoio ao desenvolvimento estudantil

Diretrizes

- promover a institucionalização das atividades extensivas em todos os cursos de graduação da UFT, por meio de sua explicitação no PPC das linhas e projetos de extensão a serem desenvolvidos pelos professores e alunos
- promover a flexibilização das atividades curriculares creditando as atividades de pesquisa e extensão por meio de normativas próprias
- apoiar a realização das semanas acadêmicas
- divulgar editais do PROEXT (Programa de Apoio à Extensão Universitária voltado para Políticas Públicas)
- participar de eventos regionais e nacionais para discutir a extensão nas IES
- promover debate quanto aos critérios da avaliação da extensão universitária na UFT

Estratégias

- oferecer apoio logístico para a realização das semanas acadêmicas
- estimular a participação da comunidade acadêmica nos fóruns de extensão levando as propostas da UFT
- construir junto à CPA, indicadores de avaliação das ações de extensão da UFT

Permanência acadêmica

Diretrizes

- propiciar o exercício da competência técnica na UFT
- buscar em outras instituições oportunidades para a inserção do alunado no mercado de trabalho
- desenvolver no alunado o compromisso profissional

- discutir possibilidades de assistência ao estudante

Estratégias

- discutir com lideranças municipais e estaduais a questão da assistência estudantil (casa do estudante e restaurante universitário)
- estruturar políticas de acesso, permanência e acompanhamento estudantil propondo novas formas de acesso aos cursos de graduação da UFT, além do vestibular
- melhorar a política de assistência social e estudantil enquanto mecanismo de democratização da universidade, por meio de bolsas de estudo, bolsas estágio, moradia e transporte etc.
- desenvolver cursos estratégicos de extensão para os alunos que tem maiores dificuldades de acesso aos cursos da UFT
- organizar núcleos multidisciplinares no atendimento ao aluno em suas diversas necessidades acompanhar os egressos
- dispensar os alunos com dificuldades financeiras do pagamento de taxas

Arte e cultura

Diretrizes

- desenvolver ações no sentido de fazer da UFT um pólo de referência de criação e difusão da ciência, da tecnologia e das artes e da cultura no Estado do Tocantins
- estimular o ensino, a apreciação e a prática da arte
- divulgar e participar de eventos da área em nível nacional e internacional

Estratégias

- ampliar para todos os *campi* os Projetos Café Literário e Corredor Cultural
- consolidar o Projeto Calourarte
- estimular a formação do GT de Cultura em todos os campi para a construção de uma agenda cultural de acordo com a realidade local
- criar as condições físicas e humanas adequadas para o desenvolvimento dos projetos
- culturais
- mobilizar parceria com os municípios e outras instâncias para as atividades e projetos artísticos e culturais na UF

12.4 - GESTÃO

Missão da PROAD

Proporcionar condições para que a UFT desenvolva, de maneira humana e eficaz, as atividades de ensino, pesquisa e extensão segundo os preceitos legais.

Políticas para a Administração

- Modernização da administração
- Valorização e desenvolvimento humano

- Implantação de programa de avaliação interna para a gestão

Os programas que serão priorizados, tendo em vista a implementação das Políticas da Pró-Reitoria de Administração, ou seja, o desenvolvimento de uma gestão inovadora com responsabilidade e transparência, são:

- Gestão Inovadora
- Gestão Transparente e Responsável
- UFT Humanizada
- UFT em Números

Gestão inovadora

Diretrizes

- construir uma gestão administrativa descentralizada e participativa
- promover e incentivar o uso de metodologias digitais em todos os níveis da Instituição
- apoiar a gestão dos coordenadores dos *campi* no sentido de consolidar a gestão
- estruturar um órgão de planejamento para propor políticas, programas e projetos estruturais para UFT e uma matriz de distribuição descentralizada de recursos

Gestão transparente e responsável

Diretrizes

- disponibilização das informações institucionais
- fortalecimento das instâncias decisórias

UFT humanizada

Diretrizes

- implantar a Gestão Humanizada
- desenvolver e implantar o sistema integrado de gerenciamento na área de desenvolvimento humano
- promover a valorização e desenvolvimento humano: aumentando o número de servidores e definindo as competências profissionais; ampliando o diálogo entre gestores e servidores; aumentando a participação dos servidores na gestão; implementando políticas de qualificação profissional
- repensar a estrutura organizacional e instâncias da UFT principalmente no que se refere à forma de comunicação, à formação de lideranças nos *campi*, à atuação e participação do setor de informática nas ações da UFT; à representatividade dos diversos segmentos nos espaços de poder, à assessoria jurídica da Universidade, principalmente dos *campi*, à captação de recursos externos e à articulação com a sociedade externa.

UFT em números

Diretrizes

- sistematizar as informações institucionais

- criar metodologias de alocação interna de recursos
- construir indicadores de gestão
- elaborar relatório de gestão
- auxiliar a Comissão Própria de Avaliação da UFT

13. DIRETRIZES PEDAGÓGICAS

13.1 – Diretrizes orientadoras da Elaboração e Reformulação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação da UFT

Compreende-se o Projeto Pedagógico de um determinado curso de graduação como o conjunto de ações de caráter sócio-político-humanístico-ambiental e pedagógico relativo à formação acadêmico-profissional. Para a sua elaboração, implementação, avaliação ou reformulação devem ser observados os seguintes princípios:

- I. comprometimento com a igualdade de acesso e permanência dos discentes na Universidade, respeitadas as políticas de ações afirmativas
- II. qualidade da educação oferecida nos cursos de graduação
- III. gestão democrática
- IV. autonomia e liberdade para pensar, produzir e divulgar o conhecimento e os saberes, respeitando as concepções e práticas pedagógicas diferenciadas
- V. valorização do magistério (formação inicial e continuada, condições adequadas de trabalho, salários adequados, entre outros)
- VI. indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão
- VII. participação de toda a comunidade acadêmica e de diferentes segmentos sociais
- VIII. avaliação permanente de seus processos e resultados
- IX. considerações às especificidades locais e regionais

O Projeto Pedagógico dos cursos de graduação deve ser composto dos elementos explicitados nesta Resolução, compreendendo os marcos situacional, teórico, operativo e ações programáticas.

I. **Marco Situacional:** consiste em explicitar o olhar do grupo que planeja sobre a realidade em geral, destacando os traços mais marcantes, os sinais positivos e as dificuldades. É o momento da análise da realidade mais ampla na qual a Instituição está inserida. Situa, portanto, o plano de fundo, os elementos estruturais que condicionam a instituição e seus agentes. Após esta análise da realidade, prossegue-se com a construção do projeto:

- a) explicitando a identidade e história do Curso articulada com a história da Instituição sem perder de vista o contexto sócio-político e econômico e o resgate da memória dos currículos adotados até o momento.
- b) elaborando a justificativa que, em sua reformulação, deve partir de um diagnóstico, explicitando os avanços e as limitações da proposta vigente e as necessidades formativas que se colocam no contexto da área do conhecimento e da atuação profissional a que se vincula o curso. Ou seja, a que distância nos encontramos do curso que temos para aquele que queremos ofertar.

II. **Marco teórico:** corresponde à direção, ao horizonte ampliado, ao ideal geral da instituição (realidade global desejada). São expressas as grandes opções do grupo em conformidade com as orientações da instituição, ou seja, consiste em assumir as concepções teórico-

metodológicas que orientam a identidade com a qual o curso pretende construir: concepção acerca da visão de homem, de sociedade e de educação.

III. **Marco operativo:** consiste em apontar as linhas / propostas específicas que concretizem as concepções assumidas no marco teórico. É a proposta dos critérios de ação para os diversos aspectos relevantes da instituição, ou seja:

- a) concepção acerca do processo de ensino-aprendizagem
- b) concepção acerca das formas de construção e transmissão do conhecimento
- c) concepção acerca da organização do currículo
- d) concepção de avaliação da aprendizagem
- e) concepção de gestão dos processos educativos

IV – **Ações programáticas:** trata-se de descrever um conjunto de elementos que concretizem o marco referencial assumido como possibilidade, contemplando os seguintes aspectos:

- a) os objetivos do curso, elaborados de acordo com as diretrizes curriculares de cada curso de graduação, observando a sua história no âmbito da UFT, devendo ser assumidos como eixo orientador da formação acadêmico-profissional;
- b) o perfil profissiográfico: caracterização do cidadão-profissional desejado, que assegure uma sólida formação de base generalista, crítica e ética, base para uma formação continuada;
- c) as competências, atitudes e habilidades, que devem estar coerentes com os objetivos do curso e com o perfil profissiográfico;
- d) o campo de atuação do profissional: espaços sociais de realização do perfil profissiográfico desejado;
- e) explicitação da proposta curricular adotada a qual deve constar terminalidade, as ementas, definidas como resumo dos conteúdos relativos aos componentes curriculares, e suas respectivas bibliografias básicas, devidamente elaboradas e aprovadas pelos órgãos competentes;
- f) proposta prática de ensino e estágio supervisionado que consiste na explicitação de atividades teórico-práticas a serem vivenciadas pelo estagiário no âmbito da atuação acadêmico-profissional, assumidas como componentes curriculares obrigatórios;
- g) atividades científico-acadêmicas e culturais, compreendidas como instância de enriquecimento curricular vivenciado dentro ou fora do âmbito acadêmico, ou seja, fruto da prática social contextualizada. O colegiado do curso deverá apresentar: a concepção de tais atividades; as ações que serão consideradas como elementos curriculares e os prazos para a realização e integração ao currículo acadêmico, em conformidade com as normas e legislação vigentes da UFT;
- h) laboratórios: descrição da interface das atividades realizadas no laboratório com as atividades de ensino e pesquisa;
 - i) explicitação da natureza dos cursos de especialização (*lato sensu*) e programas de pós-Graduação (*strito sensu*);
 - j) pesquisa e extensão: apresentar a proposta de como será desenvolvida a interface do ensino, da pesquisa e da extensão, no âmbito do curso, evidenciando os projetos que serão realizados no período de vigência do projeto pedagógico;
 - k) avaliação do projeto pedagógico, como integrante da avaliação interna da UFT, ressaltando a avaliação de disciplinas, de docentes, da coordenação, de discentes, de egressos, de infra-estrutura conforme projeto de avaliação institucional;

- l) explicitação do conjunto de recursos humanos existentes na Universidade, abrangendo as seguintes dimensões administrativas e pedagógicas:
- a estrutura administrativa: coordenação de campus, coordenação de curso/assessoria pedagógica, órgãos colegiados, entre outros;
 - o corpo docente devidamente habilitado e compatível: qualificação acadêmica, regime de trabalho, currículo resumido referente aos 3 últimos anos (nome, titulação, formação acadêmica, atividades de ensino, de pesquisa e de extensão, experiência na educação superior e participação em eventos), política institucional de aperfeiçoamento / qualificação / atuação docente;
 - o corpo técnico-administrativo;
 - a representação estudantil: forma de organização e participação do discente em órgãos colegiados.
- m) evidenciamento da realidade situacional da infra-estrutura da qual está instalado o curso:
- biblioteca: considerar a adequação e atualização da bibliografia aos programas e objetivos das atividades de formação; acervo bibliográfico do curso (periódicos nacionais e internacionais indexados; videoteca com acervo; política de atualização e expansão do acervo; informatização do acervo, acesso à Internet, equipamentos e computadores à disposição dos usuários; espaço físico para leitura, trabalho individual e em grupo; assinatura de jornais e revistas de atualidades);
 - laboratórios especializados;
 - instalações e equipamentos complementares;
 - área de lazer e circulação;
 - recursos áudio-visual;
 - acessibilidade para portadores de necessidades especiais;
 - sala de direção de *campus*: observar a privacidade da coordenação para atendimento de professores, acadêmicos, técnicos administrativos e comunidade em geral;
 - sala de coordenação de curso: observar a privacidade da coordenação para atendimento de professores, acadêmicos, técnicos administrativos e comunidade em geral.;

A organização curricular deverá definir o regime acadêmico do curso seriado/créditos e poderá ser feita através de eixos temáticos ou outra forma de organização curricular que possibilita a prática interdisciplinar entre o ensino, a pesquisa e a extensão. A estruturação curricular, resultante da lógica de organização do conhecimento, deverá definir a alocação dos componentes curriculares semestrais. A seleção dos componentes curriculares para os períodos letivos deve ser feita em função do objeto de estudo e deve ter como referência a articulação entre ensino, pesquisa e extensão.

A Prática e o Estágio Curricular Obrigatório devem estar articulados ao projeto do curso e tendo como base:

- a) a observação e interlocução com a realidade profissional;
- b) a iniciação e intervenção profissional.

As atividades acadêmicas desenvolvidas semestralmente serão realizadas no decorrer de cem dias letivos. A unidade de crédito, para os cursos da UFT, corresponde a quinze horas semestrais. A cada semestre letivo serão destinados dias letivos a atividades de enriquecimento curricular, previstas no calendário escolar, para efeito de computação dos dias letivos, e de registro acadêmico, na forma de certificação.

Os docentes responsáveis pelos componentes curriculares deverão elaborar e divulgar, bem como cumprir, plano de trabalho de acordo com o que estiver estabelecido no Projeto Pedagógico do Curso.

A elaboração e a reformulação do Projeto Pedagógico, de responsabilidade dos Cursos de Graduação, serão acompanhadas pela Coordenação de Currículos e Programas da Pró-Reitoria de Graduação, que emitirá parecer técnico para subsidiar a análise deste Conselho.

O Projeto Pedagógico dos Cursos de Graduação deverá ser continuamente avaliado conforme regulamentação específica.

14 - AVALIAÇÃO

De acordo com a natureza do Projeto Pedagógico Institucional, o processo avaliativo a ser desenvolvido nos cursos visa promover a qualidade das atividades acadêmicas, em articulação com a avaliação institucional descrita no Projeto de Desenvolvimento Institucional – PDI, conforme os itens a seguir e outros específicos ao curso:

Organização didático-pedagógica

- Colegiado: representação e participação docente e discente
- Currículo: concepção; integração ensino/pesquisa/extensão; interdisciplinaridade; flexibilização; inovações e tecnologias de ensino; Projeto de Estágio Supervisionado; trabalho de conclusão de curso; articulação entre graduação e pós-graduação
- Corpo discente: interação professor aluno; participação na vida universitária; evasão/abandono; acompanhamento de egressos; graduação e a qualidade de vida; tempo médio de conclusão
- Qualidade do corpo docente: disciplina/formação/ carga horária; compromisso com o ensino; produção material didático; produção científica - ensino/pesquisa/extensão (universidade-sociedade); política de desenvolvimento profissional; admissão/concursos; compromisso; domínio de conteúdo didático-pedagógico; relacionamento interpessoal
- Instalações físicas: espaço físico, ventilação, iluminação, acesso a portadores de necessidades especiais
- Coordenação pedagógica: coordenação; espaço físico; formação/titulação do coordenador; dedicação – CH; organização; atendimento aos alunos

Projeto Pedagógico do Curso:

- pensar a prática profissional contextualizada;
- dominar conceitos técnicos;
- desenvolver trabalho coletivo;
- articular saberes;
- respeitar e valorizar a diversidade cultural;
- desenvolver competências gerais e específicas
- elaborar e executar projetos;
- pautar-se em princípios éticos;
- desenvolver a criatividade e o pensamento crítico.

Gestão Acadêmica

- Secretaria: controle acadêmico; efetivação dos serviços; organização e preservação dos documentos; restrição do acesso
- Biblioteca: acesso professores/alunos; acesso a outras bases de dados; fluxo de frequência; estímulo à busca de conhecimento; horário de funcionamento; espaço para expansão; acervo bibliográfico; política de expansão do acervo bibliográfico

15. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FORGRAD “Política Nacional de Graduação”, Manaus, 2003.

_____. “O Currículo como expressão do Projeto Pedagógico: um processo flexível”. Rio de Janeiro. 2000.

_____. “Do pessimismo da razão para o otimismo da vontade: referências para a construção dos projetos pedagógicos nas IES brasileiras”. Curitiba, 1999a.

_____. “Plano Nacional de Graduação: um projeto em construção”. Rio de Janeiro, 1999b. MEC/ CONAES “SINAES - Roteiro de auto-avaliação institucional”, Brasília: MEC, 2004.

SOUZA, Raquel Aparecida e SILVA, Marcelo Soares Pereira. História e perspectivas para a educação superior no Estado do Tocantins: encantos e desencantos sobre o direito à educação pública e gratuita. In: VI congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, Anais, Uberlândia: 17 a 20 de abril de 2006.

VEIGA, Ilma P.A. “Educação Básica e Educação Superior: projeto político pedagógico” 1ª ed. Campinas: Papirus, 2004.

_____. (org) “O Projeto Político Pedagógico da Escola: Uma construção possível” 11ª ed. Campinas: Papirus, 2000.